

A SEXUALIDADE DE ESTUDANTES DEFICIENTES MENTAIS: EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORAS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM SERGIPE

Marcos Ribeiro de Melo¹

Resumo: O presente artigo trata da atuação de professoras da rede estadual de ensino na cidade de Aracaju, no tocante à Educação Sexual dos alunos portadores de deficiência mental. O trabalho privilegia a análise da forma de intervenção mais citada pelas professoras entrevistadas, as conversas. Para se ter acesso aos discursos, foi aplicado um roteiro de entrevista em 21 (vinte e uma) professoras de classes especiais e de classes regulares em que foram implantados programas de inclusão escolar. Após análises quantitativas e qualitativas dos discursos, concluiu-se que, ao escolherem o diálogo como principal forma de intervenção, as professoras tentam estabelecer uma atitude menos coercitiva diante das manifestações sexuais de seus alunos. Isto, no entanto, não minimiza os aspectos negativos das intervenções que, por serem informais, estão pautadas no senso comum, em conceitos de sexualidade e educação sexual limitados, por vezes repressores e negativos. Verificou-se também que a imposição de limites às manifestações afetivo-sexuais dos alunos foi o principal conteúdo das conversas. Este fato não deve apenas ser interpretado como uma forma de cerceamento da sexualidade, mas como tentativa de dividir com esses alunos códigos sociais aos quais, possivelmente, não tiveram acesso por conta de suas histórias de segregação familiar e social.

Palavras-Chaves: Sexualidade. Deficientes Mentais. Professoras.

THE SEXUALITY OF MENTAL DEFICIENTS STUDENTS: TEACHERS' EXPERIENCES FROM FUNDAMENTAL EDUCATION IN SERGIPE

Abstract: The present article deals with the teachers' performances from public state schools in the city of Aracaju, in the subject of sexual education of students with mental deficiencies. The work privileges the analysis of the most spoken way of intervention used by the teachers interviewed: dialogue. To having access to the speeches it was applied a script of interviewing 21 (twenty-one) teachers from special classes and regular classes in which were introduced programs of scholar inclusion. After quantitative and qualitative analyses of the speeches, it's concluded that when it's chosen dialogue as the main way of intervention, the teachers try to establish a less coercitive attitude towards their students' sexual manifestations. This, meanwhile, doesn't minimize the negative aspects from the informal interventions, based in the common sense, in a limited concept of sexuality a sexual education, sometimes repressive and negative. It's also verified that imposing limits to their students' affectionate-sexual manifestations was the main point of the conversations. This fact mustn't just be interpreted as a way of sexuality restriction, but as an attempt of sharing with these students social codes that, probably, they haven't come to know their stories of familiar and social segregation.

Key-words: Sexuality. Mental Deficients. Teachers.

1 INTRODUÇÃO

Datam do final do século XIX as primeiras preocupações educativas de médicos-higienistas brasileiros em pensar uma educação escolar que contemplates a questão sexual,

¹ Professor Assistente I do Núcleo de Graduação da Universidade Federal de Sergipe / Campus Professor Alberto Carvalho.

como afirma Gondra (2000), ao analisar algumas teses de doutoramento da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Atualmente, a Educação Sexual², apesar de estar contemplada nos PCNs³ como parte integrante dos temas transversais, parece ainda não encontrar uma efetiva concretização no espaço escolar. Isto não nega a existência de uma educação sexual informal,⁴ que ocorre nas salas e corredores escolares. De fato, presencia-se uma negligência nas classes regulares de ensino no que diz respeito a este tema, entretanto, não podemos desconsiderar o avanço que as propostas dos PCNs trazem com o arrefecimento de idéias “biologizantes” e moralistas, dando espaço à compreensão da sexualidade como fenômeno complexo⁵ e de uma educação sexual não diretiva, coletiva, sem caráter psicoterapêutico ou de aconselhamento, que tem como principais eixos de discussão o corpo, as relações de gênero e a prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS.

No tocante à Educação Sexual de Portadores de Necessidades Educativas Especiais (PNEE), os Parâmetros tecem uma rápida consideração, abrindo exceção à possibilidade de intervenção individual e afirmando que

alunos portadores de algumas deficiências podem eventualmente ter dificuldades de comunicação e de expressão da sexualidade e, por isso, exigir formas diferenciadas de orientação na escola, nos conteúdos e estratégias de abordagem. Dada a expressão singular da sexualidade em cada indivíduo, também os portadores de necessidades especiais merecem atenção diferenciada na escola, devendo ser acionadas assessorias de profissionais especializados se necessário. (BRASIL, 1998, p. 300)

A Educação Sexual, pautada nos PCNs, para os portadores de necessidades especiais, fica limitada à clientela que tem possibilidade de frequentar salas regulares de ensino, e que, portanto, não possui comprometimentos cognitivos graves e cujo ajustamento social é adequado a esse tipo de intervenção. Não há, no documento analisado, menção sobre o trabalho em classes especiais⁶, assim como há uma ausência de direcionamentos com relação

² Optou-se pela utilização do termo *Educação Sexual* por ele não se limitar às intervenções institucionalizadas como é o caso da *Orientação Sexual*, pois a educação sexual “trata de processos culturais contínuos desde o nascimento que, de uma forma ou de outra, direcionam os indivíduos para diferentes atitudes e comportamentos ligados à manifestação de sua sexualidade”. (MARÇAL RIBEIRO 1994 apud FREITAS, 1996, p.30)

³ Parâmetros Curriculares Nacionais.

⁴ Segundo Werebe (1977), esta *educação sexual informal* traz como principal problema a falta de percepção do professor da sua ação educativa. Neste sentido, a falta de informação, ou a limitação a ela, torna-se uma fonte de informação.

⁵ O conceito de sexualidade, vinculado pela proposta, procura considerar todas as suas dimensões: “a biológica, a psíquica e a sócio-cultural, além de suas implicações políticas”. (BRASIL, 1998, p. 295)

⁶ Para alguns leitores pode parecer retrógrado observar no discurso a insistência de trabalhos em classes especiais, já que a palavra de ordem dentro da Educação Especial, no momento, é a *Inclusão Escolar*. Essa preocupação todavia se justifica na medida em que, no ano em que a pesquisa foi realizada (2003), o número de classes inclusivas com pessoas portadoras de

à prática do professor para lidar com a realidade desses alunos. A assessoria de profissionais especializados para prestarem orientação aos professores e alunos PNEE parece ser imprescindível. Todavia, pelo menos na realidade cotidiana das escolas públicas estaduais na cidade de Aracaju, percebe-se não ser tão simples poder contar com o auxílio de profissionais dessa natureza. Diante desta situação, nos perguntamos sobre que tipo de estratégias pedagógicas vêm sendo efetivadas pelos professores quando estes se deparam com manifestações sexuais de alunos PNEE.

Este artigo relata os resultados de uma pesquisa já concluída junto a uma amostragem de professoras de escolas da rede estadual de ensino na cidade de Aracaju.⁷ Delimitou-se, como seu principal objetivo, a análise dos conteúdos da forma de intervenção mais citada pelas professoras entrevistadas, as conversas. Os relatos das professoras sobre suas “conversas” foram analisados com o objetivo de compreender melhor qual é o tipo de Educação Sexual que está sendo efetivada nas salas de aula frequentadas por alunos deficientes mentais, assim como examinar as idéias que são sustentadas nos discursos em questão. Com o objetivo de melhor situar o leitor em relação ao trabalho das professoras, optou-se por visualizar, antes das análises dos diálogos, os conceitos sobre “Educação Sexual” e a “Sexualidade do deficiente mental” das referidas professoras.

Cabe ressaltar que há uma preocupação crescente de vários pesquisadores brasileiros em estudar a educação sexual do deficiente mental. Lipp (1986), Assumpção e Sprovieri (1987), Dall’Alba (1992), Glat e Freitas (1996), Freitas (1996), Moreira (1998), Ribeiro (1995) e Denari (1997) são nomes que expressam a relevância do tema num momento em que emerge no cenário educacional nacional a questão da inclusão escolar. Questão que não remete apenas à garantia ao direito que o deficiente tem de frequentar a sala de aula regular, mas de também assegurar o direito à vida afetiva e sexual, esferas da existência humana.

2 MÉTODO

2.1 Participantes

deficiência mental, na rede estadual de ensino em Aracaju, ainda era bastante pequeno, encontrando-se grande parte dos alunos deficientes mentais nas classes especiais.

⁷ Este artigo é parte da dissertação de mestrado do autor, intitulada *Educação sexual de deficientes mentais: experiências de professoras do ensino fundamental em Aracaju*, defendida junto ao Núcleo de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe em 30 de julho de 2004 e disponível, em versão integral, no site <http://www.biblioteca.ufs.br/>.

Foram entrevistadas 21 (vinte e uma) professoras (denominadas S1, S2, S3, S4, S5 ... S21) que lecionavam em classes especiais ou classes regulares em que foram implantados programas de inclusão, da rede estadual de ensino de Aracaju. O tempo de contato profissional das professoras com a educação especial variou de 1 (um) a 22 (vinte e dois) anos e a idade das entrevistadas variou entre 29 (vinte e nove) e 56 (cinquenta e seis) anos. Todas eram formadas em Pedagogia, à exceção de 2 (duas) professoras formadas em Educação Física e uma outra que, além de Pedagoga, também era formada em Serviço Social.

2.2 Instrumento

Utilizou-se um roteiro de entrevista com 10 (dez) questões, validado em fase preliminar. O roteiro focalizava 4 (quatro) principais aspectos: 1) o conceito de Educação Sexual; 2) a formação da professora; 3) a sexualidade do deficiente mental; e 4) as atuações das professoras diante das manifestações sexuais.

2.3 Procedimento

As entrevistas foram realizadas pelo próprio pesquisador, que se dirigiu às instituições direcionado por uma lista de escolas públicas estaduais cedida pela DEA⁸. Nas escolas visitadas, foi solicitado à direção ou à coordenação para falar com as professoras em horário de intervalo. Depois da permissão, o pesquisador perguntava às professoras sobre a possibilidade de uma entrevista sobre sua atuação em relação à educação sexual dos portadores de deficiência mental.

Todas as entrevistas foram gravadas em fita cassete, com a permissão do entrevistado. Após a transcrição dos relatos, foram feitas análises quantitativas e qualitativas, que resultaram nas categorias de cada aspecto focalizado no questionário. As análises qualitativas basearam-se na técnica denominada Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (1994). A extração dos conteúdos teve como critério a variabilidade das respostas nos discursos das professoras.

3 O CONCEITO DE EDUCAÇÃO SEXUAL

⁸ Divisão de Educação de Aracaju

A definição dos objetivos de uma educação sexual é imprescindível para aqueles que, direta ou indiretamente, lidam com questões relativas à sexualidade humana. A visão conceitual em questão é que permite o acesso à compreensão do que seja a sexualidade e dos procedimentos educativos que podem estar a ela vinculados. Ao serem questionadas sobre o que entendiam por educação sexual, 22,2% das entrevistadas não conseguiram defini-la, dando respostas por vezes evasivas e imprecisas, demonstrando assim dificuldade na elaboração do conceito:

S12 - Educação sexual é aquela educação que se relaciona com o sexo de modo geral

S15 - ...(educação sexual) é manter uma relação segura, dentro dos padrões de vida, é assim ter um conceito, fazer um amor sem preconceito, sem problemas, sem pensar...

Uma visão “biologizante” da educação sexual foi retratada por outros 22,2% das respostas das entrevistadas. De acordo com essa visão, a educação sexual se restringiria a abordar temas como prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos, gravidez e mudanças físicas ocasionadas pela pubescência. Esse tipo de discurso, segundo Bernardi (1985, p.16), equivale a fornecer “uma imagem da sexualidade humana não apenas atrozmente fastidiosa, mas também muito próxima àquela das funções reprodutivas animais e vegetais.”

A questão de gênero, construção social do ser “masculino” e do ser “feminino”, foi referida por 8,3% das entrevistadas, a exemplo de S16, ao dizer que a educação sexual deve “orientá-los (os alunos) com relação à compreensão do seu próprio corpo, da questão do que é ser homem e ser mulher, dessas diferenças, diferenças do papel que é atribuído à mulher, ao homem na sociedade”. Outras dimensões da sexualidade humana, como as questões afetivas, o namoro, o apaixonamento, o prazer, a paquera, retratados por apenas 8,3% das respostas, como o fez a professora S21, ao afirmar que a educação sexual deve trabalhar “o que é a sexualidade, o sexo, porquê menino, porquê menina, como nascem, por que há essas mudanças, como pode ser um relacionamento, a paquera, o namoro, a família, eu acho que isso aí é uma carga de informação muito importante”.

De forma lacônica, 11,1% das entrevistadas se referiram à educação sexual como uma orientação da sexualidade, resposta que expressa uma visão pouco esclarecedora sobre o tema.

S10 - Educação (sexual) é orientar o aluno a lidar com a sua sexualidade.

É interessante notar a associação feita por algumas professoras entre sexo e drogas, na medida em que 8,3% das respostas enfatizaram a necessidade da educação sexual trabalhar esse tema. Esse olhar sobre o assunto denuncia a percepção da sexualidade vinculada com algo ilícito, ou ainda, com a visão de que o contato do jovem com as drogas levam-no, em alguns casos, à prática sexual, como afirma S1, ao dizer que “a educação sexual para o mundo de hoje, (...) deve ser a seguinte, não só o lado do sexo da criança, mas sim como estamos vendo hoje a parte sexual, a gravidez na adolescência, tudo, as drogas envolvidas, quer queira, quer não, puxa o sexo”.

Algumas respostas das professoras (5,7%) afirmaram que a educação sexual estimulava ou despertava os alunos para o sexo. Afirmações como estas demonstram desinformação a respeito dos objetivos da educação sexual, além de trazerem à tona a negação da sexualidade de crianças e até mesmo de adolescentes, evidenciando a fantasia da professora de que falar sobre sexualidade estimula as crianças para a execução de práticas sexuais, e que o silêncio é a melhor forma de lidar com a essa sexualidade. Deve-se acrescentar que não há momentos adequados ou inadequados para se falar sobre sexo, assim como o acesso a informações sobre o tema não despertam precocemente a sexualidade, pois ela é inerente ao ser humano e está presente desde seu nascimento. Nesse sentido, Pan (2003) afirma que a sexualidade é uma dimensão humana

presente desde o começo da vida e que as experiências da infância influenciarão poderosamente a vida adulta. Se a sexualidade começa com a própria vida, a educação dessa sexualidade deve estar presente de modo adequado desde os primeiros momentos da vida da pessoa, devendo continuar não só ao longo de toda a etapa educativa, mas permanecer aberta enquanto o sujeito requeira. (op. cit., p. 260)

Outras professoras disseram ainda que a educação sexual desinibiria a sexualidade (2,7%) desses sujeitos: S17 “(A educação sexual gera) um desenvolvimento dentro dos conhecimentos pra que ele (o aluno) não fique inibido”. Houve também a afirmação de que a educação sexual teria por objetivo limitar os desejos dos sujeitos (2,7%) e o de levá-los à constituição de uma família (2,7%), S18: “(a educação sexual deve) orientar esses jovens para a vida, pra constituir uma família”. Vê-se, aqui, uma vinculação da educação sexual com uma visão tradicional, que privilegia a defesa do matrimônio e da castidade. Desta forma, perpetuam-se os códigos morais vigentes em nossa sociedade e não se questiona o real objetivo da educação sexual, que é o de promover o exercício de uma sexualidade plena e sem

frustrações. Confirma-se, então, a idéia de Bernardi (1985, p. 18) de que “para os nossos educadores os aspectos positivos da sexualidade estariam na sua estabilização institucional e na constituição da família, na fidelidade perpétua, na procriação e assim por diante.”.

4 A CONCEPÇÃO SOBRE A SEXUALIDADE DO DEFICIENTE MENTAL

A literatura que aborda a questão da sexualidade dos portadores de deficiência mental (LIPP, 1986; ASSUMPÇÃO; SPROVIERI, 1987; DALL’ALBA, 1992; GLAT; FREITAS, 1996; FREITAS, 1996; RIBEIRO, 2001; MAIA, 2001; DENARI, 2002) afirma que há um desconhecimento a respeito da sexualidade dos deficientes mentais, tanto por parte da família, como também por parte dos profissionais, sejam eles médicos, professores, psicólogos e pedagogos. Há, geralmente, uma visão patologizante da sexualidade dos portadores de necessidades especiais, principalmente os deficientes mentais.

Segundo Glat (1996), a postura de grande parte dos profissionais está baseada no modelo clínico que permeia a educação especial e diferencia qualitativamente o PNEE das outras pessoas de sua faixa etária e grupo social, baseando-se nas condições orgânicas intrínsecas que geram nele a anormalidade. “Partindo deste pressuposto, todas as suas atitudes ou comportamentos – incluindo a sexualidade – são considerados potencialmente anormais.” (*op. cit.*, p. 13).

Quando perguntadas sobre como encaravam a sexualidade de seus alunos, 27,7% das professoras afirmaram considerá-la “Normal/Natural”.

S11 - ...eles também são normais nesse sentido da sexualidade...

S12 - ...eles são pessoas como outra qualquer, eles têm os hormônios, o corpo dele tá em desenvolviment.

S20 - ...pelo que eu senti, pelo que eu vi, eu achei que (o desenvolvimento da sexualidade deles) foi normal.

Todavia, olhando com maior cuidado o discurso dessas mesmas professoras que afirmaram conceber a sexualidade de seus alunos como normal/natural, observa-se que em outros momentos elas contradizem o que haviam falado anteriormente, como é possível notar na seguinte frase de S11: “Eu vejo que eles têm como uma coisa muito suja, violenta, eles não vêem a sexualidade como uma coisa normal, como uma coisa bem vista...”, ou ainda nesta afirmação de S20 de que “...a sexualidade na criança DM tende a aflorar mais cedo”. Essas constatações trazem à tona a dúvida que paira sobre a normalidade/naturalidade das manifestações sexuais dos deficientes mentais. Apesar de afirmarem ver a sexualidade de seus

alunos como sexualmente normal, essas professoras mostram-se confusas em relação a essa questão, trazendo consigo os resquícios da concepção patologizante que estigmatiza o comportamento do deficiente mental.

Outras 10 categorias computadas podem ser agrupadas em dois blocos. O primeiro consiste na concepção da sexualidade do DM como “infantilizada”, em que as professoras caracterizaram o comportamento sexual de seus alunos como “ingênuo/inocente” (6,3%) e “sem curiosidade” (1,2%) e “tardia” (1,2%). Aqui se vê traçado o perfil do deficiente mental como um ser assexuado, uma criança pura, um adolescente desprovido de desejos, alheio ao seu desenvolvimento físico e à descarga hormonal que seu corpo recebe, amadurecendo-o; fase que culmina na genitalização da libido.

O segundo bloco de categorias compreende a sexualidade do deficiente mental como “exacerbada”. Nele, encontram-se as seguintes categorias: “aguçada” (11,3%), “descontrolada” (10,1%), “precoce” (8,8%), “sem limite” (5,0%), “mais curiosos que o normal” (2,5%) e “despudorados” (1,2%), o perfil da sexualidade do DM corresponde a de um sujeito desprovido de sentimentos, cujo único objetivo é a sua satisfação sexual imediata a qualquer custo. São os sujeitos despudorados, descontrolados, cujo desejo pelo sexo é despertado antes do seu surgimento “ideal” e esperado.

Os dois tópicos acima descritos corroboram as afirmações da literatura que trata da visão dos professores em relação à sexualidade desses alunos, classificando-a por vezes como descontrolada e sem limites, ou como ingênua ou inexistente. De acordo com Glat (1996, p. 15), “este estereótipo do deficiente mental como sexualmente agressivo, ou então assexuado, é uma extensão da visão popular do deficiente como ‘um ser demoníaco’ ou como ‘uma eterna criança’, respectivamente.”

Ao analisar essa mesma questão, Pan (2003) afirma que, subjacente a essas duas concepções, encontra-se, implícita, a questão da inteligência do DM. Do ponto de vista daqueles que percebem a sexualidade do DM como “exacerbada”, a explicação estaria em sua precária inteligência, que não seria poderosa o bastante para exercer o controle devido sobre a sexualidade irrefreada e subumana. Da mesma forma, aqueles que vêem a sexualidade do DM como “infantil” percebem que a limitada inteligência desses sujeitos os torna mais amáveis e afetuosos. Todavia, o pesquisador adverte que, se realmente, em alguns aspectos, a inteligência é equiparável a de uma criança, não se pode inferir que “o portador de deficiência mental continua a ser para sempre, em toda a sua personalidade, aí incluída a sexualidade, uma criança.” (PAN, 2003, p. 52).

Outras categorias que fazem referência à sexualidade dos deficientes mentais foram encontradas: “inconseqüente” (5,0%), “sem afetividade” (2,5%), “oprimida/reprimida” (2,5%), “violenta” (1,2%), “não sabe lidar com a sexualidade” (1,2%) e “ansiosa” (1,2%). Somente 1,2% das entrevistadas afirmaram que a sexualidade do deficiente mental envolvia “afeto”. Trata-se de fato preocupante, levando-se em conta o universo das 21 professoras entrevistadas.

5 CONVERSANDO COM ALUNOS E PAIS SOBRE SEXO

A partir dos dados colhidos, foram categorizados 6 (seis) tipos de atuações das professoras frente à manifestação sexual de seus alunos: o estabelecimento de diálogo; a procura de orientação com outro profissional; a vigilância; a agressão verbal; a utilização de material didático/dinâmicas de grupo; e o preenchimento do tempo do aluno com atividades. Dentre as intervenções, o diálogo foi citado em 68,5% das respostas. Este fato chamou a atenção do pesquisador que priorizou, para este artigo, o estabelecimento de uma análise sobre as ‘conversas’.

De acordo com as respostas das professoras, 48,5% afirmaram impor, através de diálogos, algum tipo de limite às manifestações afetivo-sexuais dos alunos. As limitações relacionaram-se a quatro situações que apareceram nas experiências das professoras: quanto ao namoro dentro do espaço escolar, aos toques nas áreas genitais em público, às carícias (beijos e abraços) e à masturbação.

S3 – Eu, uma pessoa que sei o que acontece com os jovens, jamais, eu...eu encarava com naturalidade, conversava com eles, certo? “Olhe, não pode, aqui na sala de aula não pode (namorar)”.

S15 - Eu agia com calma (quando o via se masturbando). Eu dizia “R., pare com isso, R.! Guarde, guarde, guarde!”, [...] pegava mesmo naquele ato, ele se realizava, depois fazia o asseio. [...] “J. guarde, deixe pra de noite!”, aí ele também guardou, sabe? Agi normalmente, com muita calma com eles.

S17 - Eu vou explicar pra ele que naquele momento não se pode tá fazendo aquele ato (masturbação), que tem o lugar reservado, tem o horário, tudo isso eu explico a ele.

Impor limites a comportamentos afetivo-sexuais parece, a princípio, uma atitude moralista, todavia, dentro deste contexto, os discursos das professoras tomam outro sentido. Se há uma pretensão e um movimento da sociedade em incluir crianças e adolescentes portadores de deficiência mental num convívio mais abrangente em relação ao mundo que os cerca, isso só se dará a partir do momento em que esses sujeitos puderem partilhar dos

mesmos códigos sociais que os não-deficientes. É isto que as professoras tentam realizar em sala de aula.

Saber onde, com quem e como expressar sua sexualidade é algo presente nas intervenções discursivas das professoras. Quando S3 proíbe seus alunos de trocar beijos/abraços ou namorar na sala de aula, está dividindo com eles regras sociais que estabelecem os lugares/momentos apropriados para a troca de carícias. Da mesma forma, como se pode observar nas verbalizações de outra professora, S17, este parece ser o objetivo das intervenções diante de alunos que se masturbam ou manipulam seus genitais em público.

A preocupação das professoras não é de apenas proibir. Isto fica claro no momento em que as proibições são sucedidas por explicações, como o fizeram S3 e S17. Já o discurso da professora S15 evidencia um despreparo para lidar com a questão da masturbação, pois não foi explicado ao aluno o porquê da proibição. O fato de realizar um esclarecimento sobre o porquê destes procedimentos ao aluno é imprescindível para que ele entenda que a masturbação é um ato natural, que pode ser praticado, mas não em todos os ambientes, evitando, como afirma Lipp (1986), que as outras pessoas se sintam ofendidas, bem como que o deficiente se torne o centro das atenções e curiosidades.

Preocupação demonstrada em 15,2% das respostas nas entrevistas colhidas, a prevenção contra DSTs/aids e a gravidez faz parte dos diálogos travados entre as professoras e seus alunos.

S7 - “Professora, o que é camisinha?” ... Aí eu peguei (e) disse, expliquei né, que era de plástico, um pouco parecido com a bola de assopro, só que ela vinha com óleo, que ela era, eles dizem que é lubrificada, molhadinho com óleo, comprida, aí fui explicando e aí... “Como é que usa?”, aí eu disse, “É o homem quem usa. Tem que ser...órgão, não cheguei a falar órgão não, ela é comprida, parece um cano, com uma ponta fechada ...”

Um ponto que chama a atenção é o fato de 12,1% dos diálogos fazerem ligação entre sexualidade e maturidade. Os discursos de S7 e S15 são ilustrativos quanto a esta associação:

S7 - Mas é que (para namorar) vocês têm que trabalhar, têm que estudar, têm que ver...O que é que sua mãe diz?

S15 - Eu digo (aos meus alunos), “Ah, vocês vão casar, agora tenham calma, vocês vão trabalhar primeiro pra ter dinheiro na mão, pra depois você casar, porque não tem condições de você casar sem você ter dinheiro pra sustentar a esposa”.

“Trabalho”, “responsabilidade”, “dinheiro”, “ser alguém na vida” são termos utilizados por essas professoras, estabelecendo uma conexão entre o ingresso do sujeito no mundo adulto e o exercício da sexualidade, que se dá, como pode ser observado nas palavras da professora S15, através da formação de uma família.

Nesse aspecto, algumas considerações devem feitas, especialmente no que diz respeito à vinculação da sexualidade à formação familiar. Trata-se de uma maneira limitada de se compreender o conceito de sexualidade, ligada apenas à questão biológica da procriação e da manutenção da espécie. Deve-se levar em conta que a sexualidade está ligada à reciprocidade em dar e receber prazer, o que inclui inúmeras possibilidades de experiências.

Além disso, quando se associa sexualidade ao mundo adulto, incorre-se no erro de negar a existência de uma sexualidade infantil, que não é, necessariamente, imatura, tomando como base o conceito de maturidade proposto por Jersild (ano *apud* BERNARDI, 1985, p. 43): “A maturidade não é um ponto terminal ou um resultado final, mas uma qualidade ou característica, relativamente alcançável em cada idade [...] não é uma meta longínqua, mas uma realidade presente...” A criança e o adolescente, deficientes ou não, são maduros dentro de seus próprios limites.

Em relação ao contato estabelecido entre os pais e as professoras quando o assunto a tratar é sexualidade, 12,1% das respostas evidenciaram que as professoras tentam esclarecê-los acerca da naturalidade da sexualidade, incluindo a manifestação nos DM. Tentar modificar a compreensão dos pais no que diz respeito à sexualidade de seus filhos é um papel importante exercido por essas professoras. Como cúmplices do professor na tentativa de se realizar uma educação sexual, a necessidade da participação dos pais é inquestionável. A esse respeito, Nunes e Silva (2000, p. 113) tecem a seguinte consideração:

Pais e educadores estão unidos pela mesma responsabilidade social de gerar, preparar, enquadrar e habilitar as novas gerações ao convívio e reprodução material e simbólica do grupo social a que pertencem. Nesta sua responsabilidade institucional é que radicam as formas de supostas alianças entre o saber transmitido pela família e aquelas informações e padrões de reforço exigidos pela escola em sua conformação com as finalidades mais complexas da construção social de comportamentos delimitados.

O tema “abuso sexual” foi levantado em 6,1% das respostas nos diálogos que as professoras travam com seus alunos:

S4 - Eles são pequenos pra tá fazendo essas coisas (sexo), e se alguém falar pra eles fazerem, (eu digo) “Não façam, chame a mãe, o irmão, quem tiver por perto, o colega, a professora”. Que às vezes acontece na escola mesmo, né? “Então, chame! Chame e diga.”

Uma afirmação desta natureza pode parecer um exagero, no entanto, Williams (2003, p. 146) revela que estatísticas norte-americanas apontam que os “indivíduos portadores de deficiência mental são vítimas de abuso em maiores proporções do que pessoas da população em geral.”, o que torna as colocações das professoras bastante pertinentes.

Constatou-se também, através das análises das respostas das professoras, que 3,0% delas proibiam seus alunos de manterem algum tipo de relação sexual, e outros 3,0% proibiam seus alunos de fazerem uso ou portarem preservativos.

S4 - Foi isso que eu sempre disse! Que não deve fazer (sexo)! Porque não tá na idade ainda pra isso. “Você não entende, então vai aprender errado. E essa pessoa quer (te) usar, não é porque ela goste de você. Ela não quer nada com você! Ela quer usar você. Não pode fazer isso.”

S10 - “ Mas não ande com camisinha não. Quantos anos você tem?”, “Tenho 13.”, “E pra que você vai andar com camisinha?”

Alguns pontos chamam a atenção no discurso proferido pela professora S4. O primeiro deles é a proibição, bastante enfática, de que não se deve fazer sexo, já que para fazê-lo há uma idade indicada. Até que ponto a proibição pode ser compreendida como uma maneira efetiva de intervenção frente às necessidades libidinais de crianças/adolescentes que estão descobrindo sua sexualidade? Será esta a melhor maneira de educar sexualmente um aluno? Fornecer informações concisas sobre a temática não seria mais eficiente?

Quando a professora parte para o exemplo de seu diálogo, um preconceito vem à tona: a concepção de que o DM é uma pessoa incapaz de ser amada ou desejada: “...essa pessoa quer (te) usar, não é porque ela goste de você!”. É possível que esta afirmação venha a se refletir na auto-estima do aluno e em suas futuras relações.

A intervenção da professora S10 é, no mínimo, questionável, pois se vive numa época em que a prevenção é palavra de ordem ao manter-se uma relação sexual. Proibir que um aluno de 13 anos tenha posse de um preservativo é contribuir para processo de deseducação sexual; é não cumprir o papel de agente de saúde pública que o professor também possui em alguns momentos de sua atividade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dar voz às experiências de professoras é dar voz às práticas cotidianas em sala de aula. Falar sobre a educação sexual de portadores de deficiência mental é trabalhar com dois grandes tabus: a sexualidade humana e a deficiência. Este artigo procurou ouvir as experiências de professoras, suas realidades, suas visões acerca de fenômenos pouco discutidos e explorados, tanto na academia, quanto no dia-a-dia dos docentes.

As análises das entrevistas realizadas com professoras da rede estadual de ensino em Aracaju trouxeram, inicialmente, um olhar sobre duas dimensões que parecem subsidiar as intervenções das entrevistadas perante as manifestações sexuais de alunos deficientes mentais, a saber: o conceito de educação sexual e a visão sobre a sexualidade dos deficientes mentais.

Observou-se que, em uma parcela significativa das respostas das professoras (22,2%), não houve a conceituação de educação sexual, enquanto foram observadas, em uma proporção semelhante de respostas, restrições à compreensão de que ela consiste em mero ensino da anatomia/fisiologia sexual, além de descrições de doenças sexualmente transmissíveis e de suas possíveis formas de prevenção.

Os dados evidenciam que há limitação no entendimento da sexualidade do deficiente mental. Este fato torna-se evidente na medida em que 38,9% das respostas das professoras indicaram uma ligação entre a sexualidade do deficiente mental e conceitos que traduzem sua sexualidade como exacerbada. Mesmo quando, nas respostas, as professoras tentavam expressar normalidade ou naturalidade na compreensão das manifestações sexuais dos alunos (27,7%), o discurso, ao longo de algumas entrevistas, denunciava as contradições existentes, revelando preconceitos.

Constatou-se que o diálogo é a principal forma das professoras lidarem com a sexualidade de seus alunos. Este dado indica uma tentativa das professoras de criarem na sala de aula um espaço de maior discussão e menor coerção. Esse investimento tornou-se mais claro quando as análises dos diálogos foram realizadas.

As intervenções através dos diálogos trouxeram a imposição de limites às manifestações afetivo-sexuais dos alunos como principal conteúdo das conversas retratadas. A moralidade, imposta através da proibição de determinados comportamentos, retrata a ausência, no repertório dos deficientes, da compreensão de simples regras sociais como toques nas áreas genitais e a masturbação em público, ou ainda, a violência como forma de conquistar beijos e abraços. Tendo-se a segregação a que o deficiente historicamente vem sendo submetido como ponto de partida, não se pode visualizar as colocações das professoras apenas como um cerceamento da sexualidade, mas como tentativa de dividir com esses

sujeitos os códigos sociais aos quais, possivelmente, em suas histórias de vida, não tiveram acesso.

Apesar de se sentirem confusas, as professoras aparentam ter bom senso em alguns momentos de suas mediações. Mérito, talvez, conseguido a partir da grande carga de informações sobre sexualidade que circula em nossa sociedade, ou ainda, da própria trajetória profissional e pessoal de cada uma. Este fato não torna menos importante e necessária a formação adequada sobre Educação Sexual para o portador de deficiência mental. A inquietação, por vezes sentida nas vozes das professoras, as perguntas que sempre surgiam no momento em que o gravador era desligado após a entrevista retratam a urgência de um trabalho específico. A vontade de acertar na condução dos trabalhos realizados é significativa na falas das professoras. Contudo, portando somente o conhecimento do senso comum sobre o assunto, pouco elas podem realizar com algum grau de confiabilidade.

As práticas das professoras devem estar direcionadas à aceitação da diversidade de seus alunos, seja ela social, cognitiva ou até mesmo sexual. As inúmeras possibilidades na vida afetiva do deficiente mental devem ser sempre levantadas e trabalhadas. Questões como o namoro, o “ficar”, as relações sexuais, o casamento, a homossexualidade, a gravidez e a contracepção devem ser trabalhados não só com os alunos, mas também com os pais, já que estes devem participar ativamente das discussões. Percebe-se que uma formação contínua que desenvolva os conhecimentos e as competências necessárias ao andamento do trabalho de Educação Sexual é imprescindível para que tais objetivos sejam concretizados.

REFERÊNCIAS

ASSUMPCÃO, Francisco, SPROVIERI, Maria Helena. *Sexualidade e deficiência mental*. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERNARDI, Marcello. *A deseducação sexual*. São Paulo: Summus, 1985.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DALL'ALBA, Lucena. *Sexualidade e deficiência mental: concepção do professor*. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, 1992.

DENARI, Fátima Elisabeth. *O adolescente especial e a sexualidade: nem anjo, nem fera*. Tese (Doutorado em Educação Especial). Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de São Carlos., 1997.

_____. Sexualidade e deficiência mental: reflexões sobre conceitos. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Marília: Unesp/Marília Publicações, v.8, n.1, p. 9-14, 2002.

FREITAS, Maristela Rodrigues. *Concepção de profissionais sobre a importância de uma proposta de educação sexual para deficientes mentais*. (Mestrado em Educação Especial) Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, 1996.

GLAT, Rosana, FREITAS, Rute Cândida de. *Sexualidade e deficiência mental: pesquisando, refletindo e debatendo sobre o tema*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996. (Coleção Questões atuais em Educação Especial, vol. II)

GONDRA, José. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2000.

RIBEIRO, Hugues Costa de França. *Orientação sexual e deficiência mental: estudos acerca da implementação de uma programação*. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano). Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de São Paulo, 1995.

_____. Sexualidade e os portadores de deficiência mental. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Marília: Unesp/Marília Publicações, v.7, n.2, 2001, p 11-27.

LIPP, Marilda Novaes. *Sexo para deficientes mentais – sexo e excepcional dependente e não-dependente*. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 1986.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Reflexões sobre a educação sexual da pessoa com deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Marília: Unesp/Marília Publicações, v.7, n.1, p. 35-46, 2001

MOREIRA, Lília Maria de Azevedo. *Algumas abordagens na educação sexual de deficientes mentais*. Salvador: EDUFBA, 1998.

NUNES, César, SILVA, Edna. *A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem as sexualidade para além da transversalidade*. Campinas: Autores Associados, 2000.

PAN, José Ramon Amor. *Afetividade e sexualidade na pessoa portadora de deficiência mental*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

WEREBE, Maria José. *A educação sexual na escola*. Lisboa: Moraes, 1977.

WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Sobre deficiência e violência: reflexões para uma análise de revisão de área. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Unesp: Marília, v.9, n.2 , 2003, p.141-154.

Marcos Ribeiro de Melo
E-mail: marcosribeiro@ufs.br

Recebido: 18/01/2005
Aprovado: 08/06/2005